

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE CHIAPETTA- RS**  
**Avenida Ipiranga 1544 Cep. 98760.000 Tel. 55 3784 1300**  
**Central do Sistema de Controle Interno**  
**Lei Municipal nº 261 de 18 de Dezembro de 2001.**

Na qualidade de responsáveis pelo órgão de Controle Interno do Município de Chiapetta, Estado do Rio Grande do Sul, apresentamos o Relatório e Parecer sobre as contas do Poder Legislativo, relativos ao exercício de 2014, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e, nos termos do disposto no art. 113, inciso I, letra "b" da Resolução nº 544, de 21 de junho de 2000, do Tribunal de Contas do Estado, com a redação que lhe deu a Resolução nº 591, de 10 de abril de 2002.

1. Destaca-se, inicialmente, que o órgão de controle interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 261/2001, tendo sido designados seus membros pela Portaria nº 319/2017 de 01 de Novembro de 2017.

Os limites de gastos do Poder Legislativo do Município, podem ser visualizados nos quadros a seguir:

**a) Despesas com pessoal do Poder Legislativo Municipal (LRF art. 20, III, "a" )**

Receita Corrente Líquida (R C L)	R\$ 18.490.779,87
Despesas com Pessoal Computáveis nos últimos 12 meses	R\$ 363.122,13 = 1,992% s/R C L
Limite de alerta cfe art. 59, § 1º, II da LRF	R\$ 924.365,93 = 5,4% s/RCL
Limite prudencial cfe art. 22, § único da LRF	R\$ 975.719,60 = 5,7% s/RCL
Limite legal cfe art. 20, III, "b" da LRF	R\$ 1.027.073,26 = 6% s/RCL

Verifica-se que o índice de despesa com pessoal ficou em 1,99%, situando-se, portanto, abaixo do limite de emissão de alerta de que trata o Inciso II do § 1º do Art. 59 da LRF, de 5,4%, (percentual este equivalente a 90% sobre o limite de 6%, conforme estipulado no Parágrafo Único do Art. 22 c/c alínea "b" do Inciso III do Art. 20, ambos da LRF), e que coloca o Poder Legislativo Municipal, conforme determinado no citado Parágrafo Único do Art. 22 da LRF, excluído das seguintes vedações:

- a) concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- b) criação de cargo, emprego ou função;
- c) alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

  1

d) provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

e) contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

2) Quanto à inscrição de restos a pagar do Poder Legislativo Municipal, verificou-se o seguinte: o balancete da despesa emitido em 31/12/2017, revela que o total de empenhos a liquidar foi de R\$ 0,00 e o total de empenhos liquidados a pagar foi de R\$ 4.986,75. Estes valores foram inscritos em restos a pagar processados. Confrontando-se tais empenhos, somados às demais obrigações a pagar do Poder Legislativo, com as disponibilidades de caixa da Câmara Municipal temos o seguinte quadro:

#### **RECURSOS DISPONÍVEIS DA CÂMARA X OBRIGAÇÕES A PAGAR EM 31/12/2016**

RECURSO	DISP 31/12/2017	A PAGAR 31/12/2017	SALDO
0001 – Livres	13.866,16	5.654,88	8.211,28
<b>T O T A I S</b>	<b>13.866,16</b>	<b>5.654,88</b>	<b>8.211,28</b>

Analisando-se o quadro acima verificamos, portanto a Disponibilidade Financeira para efetuar os pagamentos dos Compromissos realizados;

**03)** As Notas de Empenho e Ordens de Pagamento estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil (notas fiscais, recibos, faturas, conhecimentos, etc.), nos termos da legislação vigente.

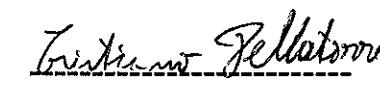
#### **PARECER**

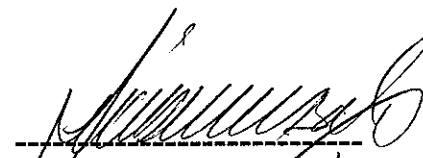
Em nossa opinião, diante da atuação do controle interno levado a efeito pelo sistema de controle, a execução orçamentária e contábil, no que diz respeito às Contas do Exmo. Sr. Presidente **VALTAIR DE PAULA ALVES**, durante o exercício de 2017, representam adequadamente, em seus valores relevantes, a posição em 31 de dezembro de 2017, de acordo com os demonstrativos orçamentários e demais documentos contábeis levantados. Ante o exposto, somos de Parecer favorável as respectivas Contas.

É o relatório e parecer.

CHIAPETTA/RS, 16 de Janeiro de 2018.

  
Veriato Toledo  
Membro

  
Cristiano Dellatorre  
Membro

  
Bel. Jairo B. Bohn  
Presidente